

Dívida pública cresceu mesmo com ajuste fiscal

■ Com gasto menor do que a receita, Tesouro viu obrigações aumentarem R\$ 4 bi

GILSON LUIZ EUZÉBIO

BRASÍLIA – A dívida pública do governo federal aumentou R\$ 4,77 bilhões em dezembro, quando totalizou R\$ 511,7 bilhões. Houve, em 11 meses, crescimento de R\$ 54,84 bilhões. “A elevação foi bem inferior à da taxa Selic no período”, defendeu Paulo Valle, coordenador da Administração da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional.

Em dezembro, a dívida aumentou 0,94%, enquanto a taxa Selic ficou em 1,2%, o que indica, segundo ele, um crescimento nominal menos acentuado. No ano passado, novembro foi o único mês em que houve redução na dívida em relação ao mês imediatamente anterior. Em novembro, o Tesouro utilizou os recursos recebidos com a venda do Banespa (Banco do Estado de São Paulo) para abater a dívida.

Emissão de títulos – O crescimento da dívida em dezembro, segundo Valle, deveu-se à incorporação de juros e a emissão de títulos para o pagamento de uma dívida de 1917 com o Porto de Vitória (R\$ 157,06 milhões), com o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (R\$ 66,29 milhões), R\$ 52,42 milhões para financiar a desapropriação de terras para a reforma agrária e R\$ 51,97 milhões para equalização das taxas de juros no financiamento às exportações.

A dívida só vai ser reduzida quando o governo obtiver superávits nominais em suas contas, lembrou Sérgio Goldenstein, assessor da diretoria de Política Monetária do Banco Central. Os superávits das contas públicas até agora referem-se apenas ao conceito primário (receitas menos despesas, excluídos os gastos com juros).

De novembro para dezembro, o prazo médio dos títulos emitidos pelo governo teve um pequeno aumento, de 29,78 meses para 29,79 meses. Em fevereiro, o prazo médio era de 26,58 meses. Mas os papéis negociados no mercado têm prazo médio bem menor, de 15,32 meses em dezembro. Em fevereiro, era de 8,35 meses. No total, o prazo é superior porque alguns investidores, principalmente os fundos de pensão, demandam títulos de maior prazo, indexados a índices de preços.

Para atender a essa demanda, os títulos indexados (pós-fixados) foram trocados, em dezembro, por outros também indexados, explicou Goldenstein. A estratégia do governo, porém, é substituir gradualmente os títulos pós-fixados por prefixados. De fevereiro a dezembro do ano passado, o governo aumentou a participação dos papéis prefixados de 10,35% do total para 14,93%.

SAIBA MAIS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

O QUE É DÍVIDA PÚBLICA?

Soma do dinheiro que o governo precisou tomar emprestado do mercado financeiro para pagar suas contas. A dívida é formalizada em títulos públicos, parte em poder das instituições financeiras e fundos de investimento e parte guardada pelo Banco Central.

PARA QUE SERVE?

Para cobrir os buracos nas contas do governo federal, que gasta mais do que arrecada. Até agora, mesmo com o ajuste fiscal, a arrecadação pública só cobre as despesas correntes do

governo, como pagamento de funcionários, fornecedores e alguns poucos investimentos. Mas não é suficiente para pagar juros. Para isso, todos os meses o Tesouro Nacional é obrigado a tomar novos empréstimos.

QUE TIPOS DE TÍTULOS EXISTEM?

Os papéis emitidos pelo Tesouro podem ser divididos em duas grandes categorias: os pós-fixados e os prefixados. Os pós-fixados pagam ao detentor a taxa de juros vigente na data do vencimento. Os prefixados pagam ao detentor uma taxa de juros combinada na oca-

sião da emissão dos títulos, ou seja, na ocasião em que o Tesouro Nacional efetivamente firma a dívida.

O QUE A TAXA DE JUROS TEM A VER COM A DÍVIDA PÚBLICA?

Para resgatar os títulos das mãos do sistema financeiro, ou seja, para pagar ou rolar sua dívida, o Tesouro Nacional tem que pagar a taxa de juros básica (Selic) vigente na data de vencimento. Assim, cada vez que a taxa de juros baixa, diminuem as despesas públicas com juros.